

Negociação continua difícil, diz FGV

A renegociação da dívida externa continuará sendo difícil, mesmo após a assinatura do jumbo. A opinião é dos economistas do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), expressa na carta que abre a revista "Conjuntura", edição de janeiro, que a partir de ontem chegou ao público.

"A renegociação prosseguirá difícil" — diz a carta — "pelo simples fato de que o mercado de créditos internacionais deixou de ser de participação voluntária para tornar-se de adesão forçada. É improvável que as reservas brasileiras se recomponham na velocidade esperada, daí resultando inevitáveis fric-

ções no acesso dos importadores às divisas de que carecem."

A carta do Ibre observa que o Governo já previu essa dificuldade, procurando limitar a parcela de importações do setor público, para abrir mais espaços ao setor privado.

"Ocorre, porém" — assinala a carta — "que na estrutura industrial brasileira são fortes as relações de dependência entre empresas públicas e privadas. As importações do setor público não são, geralmente, de consumo final, mas de bens intermediários que compõem a oferta de produtos adquiridos internamente pelo setor privado."

O ideal, segundo os economistas do Ibre, seria que o nível global de

importações fosse aos poucos descomprimido. Mas isso só será possível, para eles, quando a conta de serviços da dívida (juros e encargos extras) for renegociada com bases menos unilaterais, atualmente muito desfavoráveis no Brasil.

"Por efeito de influência em cadeia" — concluiu a carta do Ibre — "a renegociação externa, enquanto não for mais equilibrada, limitará as próprias chances de ganhos plenamente satisfatórios no combate à inflação, ainda que, paradoxalmente, sejam estes ganhos a alegada precondição dos banqueiros externos à concessão de condições mais favoráveis ao Brasil."